

311500103633

Fabíola Vianna Morais

Saneamento Básico e Direitos Humanos

teses



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DA ESSENCIALIDADE DO BEM ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	25
1.1. Mudança climática e recursos naturais	25
1.1.1. Causas e efeitos	25
1.1.2. Esfera pública, em Habermas, e mudança climática	38
1.1.3. Agir comunicativo, em Habermas, para a justiça ambiental	45
1.2. O saneamento básico como direito humano ao mínimo existencial	46
1.2.1. Dignidade da pessoa humana	53
1.2.2. Problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento básico	55
1.2.3. Vulnerabilidade e ausência de saneamento básico	58
1.2.4. Cidadania e saneamento básico	67
1.3. Notas históricas acerca da universalização do saneamento básico (do Planasa ao Pansab)	69
1.4. Conceitos do bem e serviço como direitos humanos	72
1.4.1. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, de 2015	72
1.4.2. Proposta de Emenda Constitucional	75
1.4.3. A Organização Mundial da Saúde	76
1.4.4. Aportes à União Europeia	79
1.5. Conceitos do marco regulatório	79
1.6. Princípios do marco regulatório	80
1.7. Escassez da água	83
1.8. Água e desenvolvimento sustentável	85
1.9. Natureza jurídica do saneamento básico	87
1.9.1. Bem essencial	87
1.9.2. Serviço público essencial	88

CAPÍTULO 2 – DO CONTRATO DE ADESÃO DE PRESTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO: O CONTROLE DA EQUAÇÃO TARIFA X SERVIÇO	93	3.6.4. A Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico – ANA – como propulsora da República e do Estado Democrático de Direito	181
2.1. O contrato de consumo entre concessionária e usuário do serviço público de saneamento básico: água x tarifa-	93	CAPÍTULO 4 – EQUAÇÃO TARIFÁRIA: ESTADO REGULADOR E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	197
2.2. O contrato por causa da autonomia da vontade: o voluntarismo, a autonomia privada e o <i>pacta sunt servanda</i>	99	4.1. O estado regulador e a política tarifária no setor do saneamento básico	197
2.3. A aceitação como expressão da vontade de formar um contrato – o vínculo a partir da aceitação	105	4.1.1. Análise de Impacto Regulatório	200
2.4. Porque a (autonomia da) vontade é a alma do contrato, o vício do consentimento é-lhe a causa de invalidade – o vínculo contratual desconstituído – o erro como exemplo	107	4.1.2. ANA e regulação tarifária	201
2.5. O contrato apesar (da falta) da autonomia da vontade, ou a autonomia da vontade apesar do contrato? – gênese dos contratos de adesão ou com cláusulas contratuais gerais	114	4.2. Formação tarifária	203
2.6. O contrato e o abandono da autonomia intrínseca: contratos de adesão	123	4.3. Tarifa e prestação do serviço	207
2.7. A relevância econômica e social destes contratos a par da autonomia privada	127	4.4. Tarifa e o princípio da continuidade do serviço público	210
2.8. A relação de consumo (essencial) no setor do saneamento básico	129	4.5. A tarifa como direito subjetivo do concessionário	212
2.9. Regulação das assimetrias nas posições do poder econômico e vinculação social do contrato como necessários à autonomia pública descrita por Habermas	133	4.5.1. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão	212
2.10. A função social do contrato	136	4.5.2. Reajuste tarifário	213
2.11. O direito à informação e o equilíbrio contratual	138	4.5.3. Revisão das tarifas	214
2.12. O contrato depois da declaração de direitos da liberdade econômica	140	4.6. A modicidade tarifária como direito subjetivo do consumidor do saneamento básico	215
2.13. Emancipação do consumidor: <i>status</i> de cidadão ativo e democracia	145	4.7. O papel da agência reguladora na definição das tarifas: entre o direito subjetivo do concessionário e a dignidade humana	216
CAPÍTULO 3 – PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DO SANEAMENTO BÁSICO: PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS PARA A EQUAÇÃO TARIFÁRIA	149	4.8. Os problemas da assimetria informacional entre agência reguladora e concessionário do serviço público	217
3.1. O dilema da privatização e da reestatização do serviço de saneamento básico	149	4.9. Estrutura tarifária	220
3.2. Análise econômica do direito	157	4.10. Tarifa social	221
3.3. Equilíbrio, sustentabilidade e eficiência	159	4.11. Subsídio cruzado	224
3.4. O problema	161	4.12. Função social da tarifa	226
3.5. Análise econômica do direito e os contratos de saneamento básico	163	4.13. Democracia participativa nos termos de Habermas para a equação tarifária	227
3.6. Privatização, investimentos e agências reguladoras: tríade de freios e contrapesos para o modelo republicano	167	4.13.1. Bases normativas e fáticas de sustentação	227
3.6.1. A privatização no Marco Regulatório do Saneamento Básico: solução ou problema?	167	4.13.2. A necessidade de participação do consumidor do serviço de saneamento básico no processo tarifário – falhas do sistema regulatório	234
3.6.2. A função social da empresa e teoria discursiva do direito empresarial	172	4.13.3. Justificativas filosóficas para a participação do consumidor no processo tarifário	236
3.6.3. Investimentos em áreas menos lucrativas e o princípio republicano da solidariedade	177	4.13.4. Democracia deliberativa e participativa e o Agir comunicativo, de Habermas, para a tarifação do saneamento básico	241
		CONCLUSÃO	249
		REFERÊNCIAS	257